

Guilherme de Souza Nucci

Prática Forense Penal

13.^a edição
revista e atualizada



- O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
- Fechamento desta edição: 17.03.2021
- O Autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
- **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**
- Direitos exclusivos para a língua portuguesa
Copyright © 2021 by
Editores Forense Ltda.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar
Rio de Janeiro – RJ – 20040-040
www.grupogen.com.br
- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.
- Capa: Danilo Oliveira
- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

N876p

Nucci, Guilherme de Souza

Prática Forense Penal / Guilherme de Souza Nucci. – 13. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2021.

Inclui bibliografia e índice

ISBN 978-65-596-4096-6

1. Processo penal – Prática forense – Brasil. I. Título.

21-69969

CDU: 343.2(81)

Leandra Felix da Cruz Candido – Bibliotecária – CRB-7/6135

SUMÁRIO






Capítulo I – Princípios Penais e Processuais Penais

1. Introdução	1
2. Conceito de <i>princípio</i>	1
3. Princípios regentes	1
4. Princípios de direito penal	2
4.1 Constitucionais explícitos	2
4.1.1 Concernentes à atuação do Estado.....	2
4.1.1.1 Legalidade (ou reserva legal)	2
4.1.1.2 Anterioridade	3
4.1.1.3 Retroatividade da lei penal benéfica	3
4.1.1.4 Humanidade.....	3
4.1.2 Concernentes ao indivíduo	4
4.1.2.1 Personalidade ou responsabilidade pessoal	4
4.1.2.2 Individualização da pena	5
4.2 Constitucionais implícitos.....	6
4.2.1 Concernentes à atuação do Estado.....	6
4.2.1.1 Intervenção mínima e princípios consequenciais da subsidiariedade, fragmentariedade e ofensividade	6
4.2.1.2 Taxatividade	6
4.2.1.3 Proporcionalidade.....	7
4.2.1.4 Vedação da dupla punição pelo mesmo fato	7
4.2.2 Concernente ao indivíduo	8
4.2.2.1 Culpabilidade	8
5. Princípios processuais penais	8
5.1 Constitucionais explícitos	8
5.1.1 Concernentes ao indivíduo	8
5.1.1.1 Princípio da presunção de inocência.....	8




5.1.1.2	Princípio da ampla defesa	9
5.1.1.3	Princípio da plenitude de defesa	10
5.1.2	Concernente à relação processual	10
5.1.2.1	Princípio do contraditório	10
5.1.3	Concernentes à atuação do Estado.....	10
5.1.3.1	Princípio do juiz natural e imparcial e princípio consequencial da iniciativa das partes	10
5.1.3.2	Princípio da publicidade.....	11
5.1.3.3	Princípio da vedação das provas ilícitas.....	12
5.1.3.4	Princípio da economia processual e princípios correlatos e consequenciais da duração razoável do processo e da duração razoável da prisão cautelar	12
5.1.3.5	Princípios regentes do Tribunal do Júri	13
5.1.3.6	Princípio da legalidade estrita da prisão cautelar ..	13
5.2	Constitucionais implícitos	14
5.2.1	Concernente à relação processual	14
5.2.1.1	Princípio do duplo grau de jurisdição.....	14
5.2.2	Concernentes à atuação do Estado.....	14
5.2.2.1	Princípio do promotor natural e imparcial	14
5.2.2.2	Princípio da obrigatoriedade da ação penal pública e princípio consequencial da indisponibilidade da ação penal	15
5.2.2.3	Princípio da oficialidade.....	15
5.2.2.4	Princípio da intranscendência.....	16
5.2.2.5	Princípio da vedação do duplo processo pelo mesmo fato.....	16
5.3	Princípios meramente processuais penais	17
5.3.1	Concernentes à relação processual	17
5.3.1.1	Princípio da busca da verdade real	17
5.3.1.2	Princípio da oralidade e princípios consequenciais da concentração, da imediatidade e da identidade física do juiz.....	18
5.3.1.3	Princípio da indivisibilidade da ação penal privada ..	18
5.3.1.4	Princípio da comunhão da prova	18
5.3.2	Concernentes à atuação do Estado.....	19
5.3.2.1	Princípio do impulso oficial	19

5.3.2.2	Princípio da persuasão racional.....	19
5.3.2.3	Princípio da colegialidade.....	20

Capítulo II – Inquérito Policial

1.	Conceito.....	21
2.	Finalidade	21
3.	Fundamento legal.....	21
4.	Pontos relevantes	22
4.1	Perfil	22
4.2	Prazo de conclusão	23
4.3	Início e término	24
4.4	Indiciamento.....	24
4.5	Individualização do indiciado e identificação criminal	25
4.6	Princípio do delegado natural	25
4.7	Arquivamento do inquérito.....	26
4.8	Procedimento investigatório criminal promovido pelo Ministério Público.....	27
4.9	Denúncia anônima	28
4.10	Diligências obrigatórias da autoridade policial	28
4.11	Medidas autorizadas pela Lei 13.344/2016 (tráfico de pessoas)	29
5.	Procedimento esquemático.....	30
1.º	Inquérito policial	30
6.	Modelos de peças	31
1.º	Auto de prisão em flagrante.....	32
	2.º Portaria de instauração de inquérito policial	
3.º	Termo circunstanciado – Lesão dolosa	36
4.º	Termo circunstanciado – Porte de drogas para uso próprio	38
	5.º Termo de comparecimento	
6.º	Auto de apreensão de adolescente infrator na delegacia de polícia... 40	
7.º	Requisição de representante do Ministério Público ou juiz para instauração de inquérito policial.....	42
8.º	Requerimento do ofendido para instauração de inquérito policial..	43
	9.º Procuração <i>ad judicium</i>	
	10) Termo de representação do ofendido para ação pública condicionada	
	Conteúdo exclusivo no <i>site</i> http://www.grupogen.com.br	

XII | PRÁTICA FORENSE PENAL **NUCCI**

11)	Nota de culpa em caso de prisão em flagrante	
	12) Termo de qualificação e vida pregressa	
	13) Relatório da autoridade policial	
14)	Representação da autoridade policial pela busca e apreensão	44
15)	Representação da autoridade policial pela quebra de sigilo bancário ou fiscal	46
16)	Representação da autoridade policial pela quebra de sigilo de dados telefônicos	47
17)	Representação da autoridade policial pela interceptação telefônica ...	49
	18) Representação da autoridade policial pela instauração de incidente de insanidade	
19)	Representação da autoridade policial pela apreensão	51
20)	Representação da autoridade policial pela busca	52
21)	Representação da autoridade policial pela decretação da medida cautelar de internação provisória	54
22)	Decisão judicial de decretação da busca e apreensão	56
23)	Decisão judicial de quebra de sigilo bancário ou fiscal	58
24)	Decisão judicial de quebra de sigilo de dados telefônicos	59
25)	Decisão judicial de autorização para interceptação telefônica	61
26)	Decisão judicial de decretação da apreensão	62
27)	Decisão judicial de decretação da busca	63
28)	Decisão judicial de decretação de medida cautelar alternativa de internação provisória	64

Capítulo III – Juiz das Garantias

1.	Conceito	65
2.	Finalidade	65
3.	Fundamento legal	65
4.	Pontos relevantes	66
4.1	Competência do juiz das garantias	66
4.2	Outras regras sobre a atuação do juiz das garantias	70

Capítulo IV – Acordo de não Persecução Penal

1.	Conceito	73
2.	Finalidade	73
3.	Fundamento legal	74

4. Perfil	74
5. Condições para o acordo	74
6. Vedações ao acordo.....	76
7. Formalização do acordo.....	76
8. Retroatividade do benefício.....	77

Capítulo V – Ação Penal

1. Conceito.....	79
2. Finalidade.....	79
3. Fundamento legal.....	79
4. Pontos relevantes	80
4.1 Perfil	80
4.2 Prazo.....	80
4.3 Início e término	82
4.3.1 Execução provisória da pena.....	83
4.3.2 Trânsito em julgado e cumprimento da pena	83
4.4 Desistência da ação penal	83
4.5 Conteúdo da denúncia ou queixa.....	84
5. Procedimentos esquemáticos.....	85
1.º) Identificação de modalidade de ação.....	85
2.º) Identificação de rito.....	86
3.º) Comum (ordinário)	87
4.º) Sumaríssimo	88
5.º) Especiais – Crimes de responsabilidade de funcionário público	90
6.º) Especiais – Crimes contra a propriedade imaterial (ação pública)...	91
7.º) Especiais – Crimes contra a propriedade imaterial (ação privada)...	92
8.º) Especiais – Crimes falimentares – Falências anteriores a 09.06.2005....	93
9.º) Especiais – Crimes falimentares – Condutas ocorridas após 09.06.2005	94
10) Especiais – Procedimento previsto na Lei de Drogas – 11.343/2006 ...	95
11) Especiais – Procedimento para condutas alcançadas pela Lei 11.340/2006 –Violência doméstica	96
12) Especiais – Resumo de teses – Falta de justa causa.....	97
13) Especiais – Resumo de teses – Nulidade processual.....	98

XIV | PRÁTICA FORENSE PENAL – NUCCI

14)	Termos para identificação do momento enfrentado na persecução penal	100
15)	Princípios constitucionais explícitos do processo penal.....	101
16)	Princípios constitucionais implícitos do processo penal	103
6.	Modelos de peças	106
1.º)	Denúncia.....	107
2.º)	Denúncia genérica	109
3.º)	Queixa-crime	111
4.º)	Queixa-crime em ação penal privada subsidiária da pública	114
5.º)	Representação do Ministério Público – Ato infracional.....	116
6.º)	Parecer pela internação provisória por parte do Ministério Público	118
7.º)	Pedido de habilitação como assistente de acusação.....	119
8.º)	Pedido de habilitação como assistente de acusação para o fim de pleitear reparação civil do dano causado pela prática do crime	120
9.º)	Defesa prévia.....	122
10)	Defesa preliminar Funcionário público	123
11)	Defesa preliminar Lei de Drogas (Lei 11.343/2006).....	125
12)	Memoriais Ministério Público.....	128
13)	Memoriais – Defesa	130
14)	Pedido de explicações.....	134
15)	Audiência de apresentação do menor – art. 184, ECA.....	136

Capítulo VI – Ação Civil Ex Delicto









1.	Conceito	139
2.	Finalidade.....	139
3.	Fundamento legal	139
4.	Pontos relevantes	139
4.1	Perfil	139
4.2	Excludentes de ilicitude reconhecidas na esfera criminal	140
4.3	Sentenças criminais absolutórias e seu reflexo no cível	140
5.	Procedimento esquemático	141
1.º)	Ação civil <i>ex delicto</i>	141
6.	Modelos de peças	142
1.º)	Ação civil <i>ex delicto</i>	143
2.º)	Pedido de reparação civil do dano em ação penal	147

Capítulo VII – Jurisdição e Competência

1. Conceitos.....	149
1.1 Atributos da jurisdição.....	149
2. Competência absoluta e relativa	150
3. Regras básicas para a fixação da competência.....	150
4. Procedimentos esquemáticos.....	152
1.º) Estrutura geral do Poder Judiciário (na esfera criminal)	152
2.º) Jurisdição e competência – Organização da Justiça Estadual.....	153
3.º) Jurisdição e competência – Organização da Justiça Federal	154
4.º) Competência originária por prerrogativa de função e matéria	155
5.º) Competência da Justiça Federal – Art. 109 da CF.....	158

Capítulo VIII – Incidentes Processuais

1. Conceito.....	159
2. Questões prejudiciais	159
3. Procedimentos incidentes	160
3.1 Exceções	160
3.2 Incompatibilidades e impedimentos.....	160
3.3 Conflitos de competência	160
3.4 Restituição de coisa apreendida.....	160
3.5 Medidas assecuratórias	161
3.5.1 Alterações da Lei 13.964/2019	162
3.6 Incidente de falsidade	162
3.6.1 Incidente de ilicitude de prova.....	162
3.7 Incidente de insanidade mental	162
4. Procedimentos esquemáticos.....	163
1.º) Conflito negativo de competência.....	163
2.º) Conflito positivo de competência.....	164
3.º) Quadro-resumo de conflito de competência.....	165
4.º) Restituição de coisas apreendidas	166
5.º) Incidente de insanidade mental	168
5. Modelos de peças	169
1.º) Questão prejudicial heterogênea.....	170
2.º) Questão prejudicial homogênea.....	172

3.º	Exceção de suspeição	173
	4.º Exceção de impedimento	
5.º	Exceção de incompetência	175
6.º	Exceção de litispendência	177
	7.º Exceção de coisa julgada	
	8.º Exceção de ilegitimidade de parte	
9.º	Suscitação de conflito positivo de competência	179
	10) Suscitação de conflito negativo de competência	
11)	Restituição de coisa apreendida	181
12)	Pedido de sequestro.....	183
13)	Pedido de sequestro de bens e valores lícitos, com base no art. 91, §§ 1.º e 2.º, do Código Penal	186
14)	Pedido de especialização de hipoteca legal.....	188
	15) Pedido de arresto	
16)	Embargos de terceiro em caso de sequestro	191
17)	Embargos de terceiro de alegada boa-fé	193
18)	Embargos apresentados pelo réu	195
	19) Impugnação ao arresto	
	20) Impugnação à especialização de hipoteca legal	
21)	Pedido de instauração de incidente de falsidade documental	197
22)	Pedido de instauração de incidente de ilicitude de prova.....	198
23)	Pedido de instauração de incidente de insanidade mental pela acu- sação.....	200
	24) Portaria de instauração de incidente de insanidade mental	

Capítulo IX – Provas

1.	Conceito.....	201
2.	Finalidade e objeto	201
3.	Fundamento legal.....	201
4.	Pontos relevantes	201
4.1	Avaliação da prova.....	201
4.2	Ônus da prova.....	202
4.3	Produção antecipada de provas	202
4.4	Provas ilícitas	202
4.4.1	Conceito e classificação.....	202
4.4.2	Prova ilícita por derivação e fonte independente	203
4.4.3	Destino da prova ilícita e influência no juiz	203

5. Espécies de provas.....	204
5.1 Exame do corpo de delito.....	204
5.2 ●Outras perícias.....	204
5.3 Interrogatório judicial.....	204
5.4 Confissão.....	205
5.5 Vítima.....	206
5.6 Testemunha.....	206
5.7 Reconhecimento de pessoas e coisas.....	207
5.8 Acareação.....	207
5.9 Documentos.....	208
5.10 Indícios.....	208
5.11 Busca e apreensão.....	209

Capítulo X – Prisão e Liberdade Provisória





1. Conceitos.....	213
2. Regras gerais para a efetivação da prisão.....	214
3. Prisão preventiva.....	215
4. Prisão em flagrante.....	218
4.1 Audiência de custódia.....	219
5. Prisão temporária.....	220
6. Prisão decorrente de pronúncia.....	221
7. Prisão decorrente de sentença condenatória.....	221
8. Prisão para condução coercitiva.....	221
9. Medidas cautelares alternativas.....	222
10. Prisão domiciliar.....	223
11. Regras gerais para a concessão de liberdade provisória.....	223
12. Procedimentos esquemáticos.....	225
1.º) Quadro-resumo – Prisões de caráter penal.....	225
2.º) Prisões e seus remédios.....	227
13. Modelos de peças.....	228
1.º) Representação da autoridade policial pela decretação da prisão temporária.....	230
2.º) Representação da autoridade policial pela decretação de medida cautelar alternativa.....	231

<input checked="" type="checkbox"/>	3.º) Representação da autoridade policial pela decretação da prisão temporária (modelo II)	
<input checked="" type="checkbox"/>	4.º) Representação da autoridade policial pela decretação da prisão preventiva	
	5.º) Requerimento da acusação para a decretação da prisão preventiva ..	232
	6.º) Requerimento da acusação para a decretação de medida cautelar alternativa	234
	7.º) Decisão judicial de decretação da prisão preventiva	236
	8.º) Decisão judicial de decretação de medida cautelar alternativa	238
	9.º) Requerimento da defesa para a revogação da prisão preventiva	240
	10) Requerimento da defesa para a revogação da medida cautelar alternativa	242
	11) Decisão judicial de revogação da prisão preventiva	244
	12) Decisão judicial de revogação da medida cautelar alternativa	245
<input checked="" type="checkbox"/>	13) Requerimento da defesa de revogação da prisão temporária	
<input checked="" type="checkbox"/>	14) Requerimento da acusação para a decretação da prisão temporária	
	15) Decisão judicial de decretação da prisão temporária	246
<input checked="" type="checkbox"/>	16) Decisão judicial de revogação da prisão temporária	
	17) Requerimento para o relaxamento da prisão em flagrante	247
	18) Decisão judicial de manutenção da prisão em flagrante e conversão em preventiva	249
<input checked="" type="checkbox"/>	19) Decisão judicial de relaxamento da prisão em flagrante	
	20) Requerimento de concessão de liberdade provisória sem fiança, antes do oferecimento da denúncia	250
	21) Requerimento de concessão de liberdade provisória sem fiança, depois do oferecimento da denúncia	252
	22) Requerimento de concessão de liberdade provisória com fiança, antes do oferecimento da denúncia	254
	23) Requerimento de concessão de liberdade provisória com fiança, depois do oferecimento da denúncia	256
	24) Requerimento de aplicação de medida cautelar alternativa em lugar da prisão preventiva	258
<input checked="" type="checkbox"/>	25) Decisão judicial de concessão de liberdade provisória sem fiança, antes da denúncia	
<input checked="" type="checkbox"/>	26) Decisão judicial de concessão de liberdade provisória sem fiança, depois da denúncia	


☒ 27)	Decisão judicial de concessão de liberdade provisória com fiança, antes da denúncia	
☒ 28)	Decisão judicial de concessão de liberdade provisória com fiança, depois da denúncia	
☒ 29)	Decisão judicial de decretação da prisão por pronúncia	
☒ 30)	Decisão judicial de decretação da prisão por sentença condenatória	
31)	Decisão judicial de decretação de internação provisória de adolescente infrator	260
32)	Decisão de revogação da internação provisória	262
33)	Decisão judicial de revogação da internação provisória por excesso de prazo.....	264

Capítulo XI – Júri

1.	Conceito.....	265
2.	Princípios constitucionais regentes	265
3.	Procedimento trifásico.....	265
4.	Possibilidades do magistrado ao término da fase de formação da culpa.....	266
5.	Pontos relevantes	266
6.	Fase das diligências.....	267
7.	Julgamento em Plenário.....	267
8.	Procedimentos esquemáticos.....	269
1.º)	1.ª fase – Formação de culpa – <i>Judicium accusationis</i>	269
2.º)	2.ª fase – Preparação do Plenário	270
3.º)	3.ª fase – Juízo de mérito – <i>Judicium causae</i>	271
9.	Modelos de peças	272
1.º)	Decisão de pronúncia	273
2.º)	Decisão de impronúncia.....	276
3.º)	Decisão de desclassificação.....	279
4.º)	Sentença de absolvição sumária	281
5.º)	Pedido de diligências após a pronúncia (acusação)	284
☒ 6.º)	Pedido de diligências após a pronúncia (defesa)	
☒ 7.º)	Decisão do juiz de deferimento	
☒ 8.º)	Decisão do juiz de indeferimento	
9.º)	Quesitos – Homicídio simples	285

	10) Quesitos - Homicídio qualificado	
	11) Quesitos Induzimento, instigação ou auxílio a suicídio ou automutilação	286
	12) Quesitos – Infanticídio	287
	13) Quesitos – Aborto praticado pela gestante	288
	14) Quesitos – Crime conexo	289
	15) Quesitos – Coautoria	291
	16) Quesitos – Participação	292
	17) Quesitos Legítima defesa e outras teses defensivas	293
	18) Sentença absolutória em Plenário	
	19) Sentença condenatória em Plenário	
	20) Pedido de desaforamento	



Capítulo XII – Sentença

	1. Conceito	295
	2. Outras decisões judiciais	295
	3. Conteúdo da sentença	295
	4. Correlação entre imputação e sentença	296
	5. Absolução vinculada	296
	6. Fundamentação da sentença	297
	7. Modelos de peças	298
	1.º) Sentença condenatória (roubo em concurso de agentes – penas variadas)	299
	2.º) Sentença condenatória (receptação qualificada pena mínima)	
	3.º) Sentença absolutória (art. 386, I, CPP)	308
	4.º) Sentença absolutória (art. 386, II, CPP)	311
	5.º) Sentença absolutória (art. 386, III, CPP)	315
	6.º) Sentença absolutória (art. 386, IV, CPP)	318
	7.º) Sentença absolutória (art. 386, V, CPP)	320
	8.º) Sentença absolutória (art. 386, VI, CPP)	325
	9.º) Sentença absolutória imprópria (art. 386, VI, c/c parágrafo único, III, CPP)	328
	10) Sentença judicial de aplicação da medida socioeducativa de internação	331

11) Sentença para adolescente infrator aplicando medida socioeducativa de semiliberdade	334
---	-----

Capítulo XIII – Recursos

1. Conceito e efeitos.....	337
2. Pressupostos de admissibilidade	337
3. Recurso em sentido estrito	338
4. Correição parcial	339
5. Agravo em execução.....	340
6. Apelação	341
7. Embargos de declaração.....	342
8. Protesto por novo júri.....	342
9. Carta testemunhável	343
10. Embargos infringentes e de nulidade	343
11. Recurso especial.....	344
12. Recurso extraordinário.....	344
13. Agravo de instrumento de decisão denegatória de recurso especial ou extraordinário	345
14. Recurso ordinário constitucional	345
15. Agravo regimental nos tribunais.....	346
16. Reclamação.....	346
17. Embargos de divergência	347
18. Procedimentos esquemáticos.....	348
1.º) Esquema para identificação do recurso.....	348
2.º) Recurso em sentido estrito	355
3.º) Correição parcial	356
4.º) Agravo em execução.....	357
5.º) Apelação.....	358
6.º) Apelação na Lei 9.099/95	359
7.º) Embargos de declaração de sentença.....	360
8.º) Embargos de declaração de acórdão.....	361
9.º) Carta testemunhável.....	362
10) Embargos infringentes e de nulidade	363
11) Recurso especial.....	364
12) Recurso extraordinário.....	365











13)	Recurso ordinário constitucional	366
14)	Agravo regimental	367
15)	Análise do art. 581 do CPP	368
16)	Análise do art. 593 do CPP	369
17)	Apelação de sentença do Tribunal do Júri	370
19.	Modelos de peças	371
1.º)	Petição de interposição e razões de recurso em sentido estrito em caso de pronúncia.....	373
2.º)	Petição de interposição e contrarrazões de recurso em sentido estrito em caso de pronúncia	376
3.º)	Petição de interposição e razões de apelação em caso de condenação por crime comum	379
4.º)	Petição de interposição e contrarrazões de apelação em caso de condenação por crime comum	384
5.º)	Petição de interposição e razões de agravo em execução	388
	6.º) Petição de interposição e razões de agravo em execução – Detração imprópria	
	7.º) Petição de interposição e razões de agravo em execução – Falta de fundamentação da perda dos dias remidos	
8.º)	Petição de interposição e contrarrazões de agravo em execução ...	390
9.º)	Petição de interposição e razões de correição parcial	393
10)	Petição de interposição e contrarrazões de correição parcial	396
11)	Embargos de declaração de sentença	399
12)	Embargos de declaração com efeito infringente de sentença	401
13)	Embargos de declaração de acórdão	403
14)	Embargos de declaração com efeito infringente de acórdão	405
15)	Carta testemunhável e razões	407
16)	Embargos infringentes e de nulidade, no aspecto <i>nulidade</i>	410
17)	Embargos infringentes e de nulidade, no aspecto <i>infringência</i>	413
18)	Petição de interposição e razões de recurso especial.....	415
19)	Petição de interposição e contrarrazões de recurso especial.....	419
20)	Petição de interposição e razões de recurso extraordinário.....	423
21)	Petição de interposição e contrarrazões de recurso extraordinário...	429
22)	Interposição de agravo de instrumento de despacho denegatório de recurso especial.....	431

23) Razões de agravo de despacho denegatório de recurso especial....	432
24) Interposição de contrarrazões de agravo de despacho denegatório de recurso especial.....	435
25) Contrarrazões de agravo de despacho denegatório de recurso especial.....	436
26) Interposição de agravo de despacho denegatório de recurso extraordinário.....	438
27) Interposição de razões de agravo de despacho denegatório de recurso extraordinário.....	439
28) Interposição de contrarrazões de agravo de despacho denegatório de recurso extraordinário	442
29) Contrarrazões de agravo de despacho denegatório de recurso extraordinário.....	443
30) Petição e razões de agravo regimental contra decisão de relator em tribunal.....	445
31) Reclamação	448
32) Petição de interposição e razões de recurso ordinário constitucional..	452
33) Petição de interposição e contrarrazões em recurso ordinário constitucional	455

Capítulo XIV – Ações de Impugnação

1. Conceitos e visão constitucional	459
2. Particularidades sobre o <i>habeas corpus</i>	460
2.1 Legitimidade ativa e legitimidade passiva	460
2.2 Extensão do <i>habeas corpus</i>	461
2.2.1 <i>Habeas corpus</i> coletivo	461
2.3 Processamento e competência	462
2.4 Hipóteses legais de cabimento	462
2.5 Conteúdo da petição inicial	463
2.6 Espécies de <i>habeas corpus</i>	463
3. Particularidades sobre o mandado de segurança	464
3.1 Legitimidade ativa e legitimidade passiva	464
3.2 Extensão do mandado de segurança.....	464
3.3 Processamento e competência	465
3.4 Hipóteses legais de cabimento	465
3.5 Conteúdo da petição inicial	465

3.6	Espécies de mandado de segurança	466
4.	Particularidades sobre a revisão criminal	466
4.1	Legitimidade ativa e legitimidade passiva	466
4.2	Extensão da revisão criminal	466
4.3	Processamento e competência	466
4.4	Hipóteses legais de cabimento	467
4.5	Conteúdo da petição inicial	467
5.	Procedimentos esquemáticos.....	468
1.º)	Identificação da autoridade coatora	468
2.º)	Mandado de segurança.....	469
3.º)	Justificação.....	470
4.º)	Revisão criminal.....	471
5.º)	<i>Habeas corpus</i>	472
6.º)	Roteiro orientador de pedidos de <i>habeas corpus</i>	473
7.º)	Resumo de teses do HC	475
6.	Modelos de peças	478
1.º)	<i>Habeas corpus</i> contra decisão judicial determinando a prisão do réu.....	480
<input checked="" type="checkbox"/>	2.º) <i>Habeas corpus</i> visando ao trancamento da ação penal	
<input checked="" type="checkbox"/>	3.º) <i>Habeas corpus</i> para impedir o indiciamento de investigado	
	4.º) <i>Habeas corpus</i> para anular processo penal	
<input checked="" type="checkbox"/>	5.º) <i>Habeas corpus</i> para a soltura do réu preso por mais tempo do que determina a lei	
<input checked="" type="checkbox"/>	6.º) <i>Habeas corpus</i> para a soltura de réu quando cessados os motivos determinantes da prisão	
	7.º) <i>Habeas corpus</i> – Telefone celular em presídio	
	8.º) <i>Habeas corpus</i> contra decisão judicial convertendo flagrante em preventiva, com pedido subsidiário de medida cautelar alternativa	483
	9.º) <i>Habeas corpus</i> contra decisão judicial negando liberdade provisória a acusado por tráfico ilícito de drogas	486
	10) <i>Habeas corpus</i> contra a “espera de vaga”, na execução penal, quando deferida a progressão do regime fechado ao semiaberto pelo juiz	489
	11) <i>Habeas corpus</i> contra sentença fixando regime mais benéfico do que o vigente em face da prisão cautelar, sem tomar medida em prol do réu	492

12)	<i>Habeas corpus</i> contra decisão do juiz da execução penal, indeferindo a revisão da fixação do regime fechado inicial para condenado por tráfico ilícito de drogas	495
13)	<i>Habeas corpus</i> contra decretação de prisão preventiva em caso de violência doméstica	498
 14)	<i>Habeas corpus</i> contra decisão de recebimento da denúncia, com base no art. 29 da Lei 9.605/98, ofendendo o princípio da taxatividade	
 15)	<i>Habeas corpus</i> contra decisão de recebimento da denúncia baseada em crime de bagatela	
 16)	<i>Habeas corpus</i> contra decisão de decretação da prisão temporária sem necessidade comprovada	
 17	<i>Habeas corpus</i> contra decisão de decretação da prisão preventiva sem motivação adequada	
 18)	<i>Habeas corpus</i> contra decisão de recebimento da denúncia, após acórdão que dera provimento a recurso da acusação para receber a peça acusatória, buscando afastar a nulidade gerada	
 19)	<i>Habeas corpus</i> contra decisão denegatória de revogação de prisão preventiva por excesso de prazo na conclusão da instrução	
20)	<i>Habeas corpus</i> contra decisão não fundamentada de indiciamento promovido pelo delegado	501
21)	<i>Habeas corpus</i> contra o indeferimento de pleito de afastamento administrativo da autoridade policial em virtude de suspeição.....	503
22)	<i>Habeas corpus</i> contra internação provisória de adolescente por excesso de prazo	506
 23)	<i>Habeas corpus</i> contra internação involuntária promovida por familiares	
24)	Mandado de segurança para impedir a quebra do sigilo bancário	509
 25)	Mandado de segurança para impedir a quebra do sigilo fiscal	
 26)	Mandado de segurança para ingresso de visita sem revista íntima	
 27)	Mandado de segurança para garantir a admissão do assistente de acusação	
28)	Mandado de segurança para liberar bens lícitos do réu, bloqueados com base no art. 91, §§ 1.º e 2.º, do Código Penal	512
29)	Revisão criminal contra sentença condenatória que for contrária ao texto expresso de lei penal.....	514
30)	Revisão criminal contra decisão condenatória que for contrária à evidência dos autos	

- ☑ 31) Revisão criminal contra decisão condenatória que se fundar em prova falsa
- ☑ 32) Revisão criminal contra decisão condenatória em face de prova nova demonstrativa da inocência do réu
- ☑ 33) Justificação para a revisão criminal

Capítulo XV – Execução Penal

1. Conceito e natureza jurídica	519
2. Individualização executória da pena	519
3. Sistema progressivo de cumprimento da pena	520
4. Livramento condicional	521
5. Remição	521
6. Indulto.....	522
7. Modelos de peças	522
1.º) Pedido de progressão do regime fechado para o semiaberto	524
2.º) Pedido de progressão do regime semiaberto para o aberto	526
3.º) Pedido de progressão de regime – Crime hediondo.....	528
4.º) Pedido de livramento condicional.....	530
5.º) Pedido de remição por trabalho	532
6.º) Pedido de remição por estudo	533
7.º) Pedido de indulto.....	534
8.º) Pedido de comutação (indulto parcial)	536
9.º) Pedido de incidente de desvio de execução	538
10) Pedido de conversão de pena em medida de segurança	540
11) Pedido de unificação de penas por crime continuado	542
12) Pedido de unificação de penas por concurso formal	
13) Pedido de aplicação de lei penal benéfica	544
14) Pedido de aplicação de nova interpretação de lei penal benéfica, conforme decisão do STF	546
15) Decisão do juiz – Lei posterior benéfica.....	548
16) Pedido de reabilitação.....	550
17) Pedido de saída temporária	552
18) Decisão do juiz deferindo a saída temporária.....	554
19) Pedido de visita íntima	555
20) Decisão do juiz deferindo a visita íntima.....	557
21) Decisão de progressão de internação para liberdade assistida.....	559

Capítulo XVI – Sugestões Gerais para a Prática Forense

1. Introdução	563
2. Sugestões aos operadores do Direito.....	563
3. Sugestões aos advogados e defensores públicos.....	567
4. Sugestões aos juízes.....	571
5. Sugestões aos membros do Ministério Público.....	574
6. Sugestões aos delegados de polícia	575
 Obras do Autor	 577